

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.326 - MG (2019/0358250-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : DANIEL ELIAS RAMOS (PRESO)
RECORRENTE : ISRAEL ELIAS RAMOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Daniel Elias Ramos e Israel Elias Ramos** contra o acórdão proferido pela Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais no HC n. 1.0000.19.113793-4/000.

Consta dos autos que os recorrentes foram presos em flagrante pela suposta prática dos delitos de tráfico de drogas e de porte ou posse ilegal de arma de fogo de uso restrito – tendo sido apreendido 29,6 g de maconha, um revólver calibre .38 municiado com 6 cartuchos, uma pistola calibre .380 com numeração suprimida municiada com 9 cartuchos, 3 munições e um segundo carregador com 10 cartuchos intactos –, prisão essa que foi homologada pela central de flagrantes de Belo Horizonte/MG.

Daí o presente recurso, em que se alega constrangimento ilegal consistente na decretação da prisão cautelar dos recorrentes, sem fundamentação idônea para tanto.

Defende-se que o Juiz de piso teria *fundamentado a prisão preventiva na gravidade genérica do delito e em motivos abstratos e considerações alheias ao fato concreto* (fl. 128).

Postula-se, ao final, a concessão liminar da ordem para que os recorrentes aguardem em liberdade o julgamento final do recurso.

É o relatório.

Buscam os recorrentes a concessão de tutela de urgência a fim de revogar a prisão preventiva que lhes foi imposta.

O deferimento de liminar em recurso em *habeas corpus* é medida de caráter

excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável o acolhimento da pretensão, visto que o Juiz singular apresentou fundamentos concretos a justificar a medida cautelar, em especial, a gravidade em concreto dos delitos praticados.

Ao homologar a prisão preventiva, o Juiz singular teceu os seguintes fundamentos (fls. 42/43 – grifo nosso):

[...]

No caso em tela, não obstante a primariedade dos autuados, tem-se que as circunstâncias do crime são graves, constando do APFD que **policiais receberam informações acerca da ocorrência de tráfico de drogas no bairro Serra Verde**, sendo informado que dois irmãos, posteriormente identificados como os autuados Daniel e Israel, que seriam os responsáveis pela comercialização de maconha nas proximidades de sua residência. **Além disso, foi ainda noticiado que estes indivíduos portariam, neste local, armas de fogo.** Desta feita, deslocando-se a Rua Jacob Marra de Freitas, numerai 254, apto. 301, os policiais foram atendidos por Israel, que franqueou a entrada da guarnição ao imóvel e confirmou residir no local junto de seu irmão Daniel, o qual também foi localizado na residência e restou-se abordado. Ato contínuo, procedidas buscas na casa, os policiais localizaram no quarto dos autuados um pote de vidro com resquícios de maconha, **havendo nos relatos do policial condutor que Israel teria informado o local onde acondicionava uma arma de fogo calibre .38**, esta que foi de imediato arrecadada no quarto da adolescente Emanuelle, **estando municiada com seis cartuchos. Além disso, foram ainda encontrados neste mesmo cômodo uma pistola calibre .380, com numeração suprimida, carregada com nove cartuchos, bem como outras três munições e um segundo carregador com 10 cartuchos intactos. Sobre o guarda-roupas dos autuados, foram encontradas uma bucha de maconha e a quantia de R\$2000,00, sendo certo que em posse de Israel foram arrecadados R\$486,00 em numerário.** Por fim, no interior da garagem privativa de referido apartamento, foram localizadas 09 buchas de maconha, duas facas e uma tesoura com resquícios de maconha e, ainda, dois cartuchos deflagrados. Cumpre salientar que as buscas no imóvel foram realizadas na companhia da adolescente Emanuelle, sendo certo, inclusive, que parte dos materiais localizados encontrava-se em seu quarto. Consta das declarações do policial condutor que Israel teria assumido a propriedade das armas, enquanto Daniel teria assumido as substâncias entorpecentes localizadas, o que sedimenta o *fumus commissi delicti*. **Os entorpecentes localizados totalizaram 29,6 g (22,0 g + 7,6 g) de maconha, quantidade de drogas que, quando aliadas à apreensão de armas de fogo, revela a gravidade concreta do delito e aponta para o periculum libertatis.**

[...]

Superior Tribunal de Justiça

À primeira vista, autorizam a prisão preventiva as conclusões de que há gravidade concreta no delito praticado, em decorrência de terem sido apreendidos 29,6 g de maconha, um revólver calibre .38 municiado com 6 cartuchos, uma pistola calibre .380 com numeração suprimida municiada com 9 cartuchos, 3 munições e um segundo carregador com 10 cartuchos intactos, além da quantia de R\$ 2.486,00 (dois mil, quatrocentos e oitenta e seis reais).

De mais a mais, é consabido que eventuais condições subjetivas favoráveis não são impeditivas à decretação da prisão cautelar, caso estejam presentes, como na espécie, os requisitos autorizadores da referida segregação.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juiz de piso e à autoridade apontada como coatora.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator